



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	1



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Publicação conferida no <sup>supr</sup>DCL nº 37, de 05/03/2009  
Servidor: Oristina Matrícula: 12507

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 7ª  
(SÉTIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009.**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento DCL nº 35, de 03/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 7ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 6ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, devido aos festejos e a um pedido do Deputado federal, hoje Secretário de Meio Ambiente, e por conta da bonita gravata amarela que o Deputado Milton Barbosa está usando, eu peço a V.Exa. que inclua na Ordem do Dia o Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2008, para podermos apreciá-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Se não houver nenhum óbice dos Deputados presentes, eu acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou com minha gravata amarela e o Sr. Presidente com uma camisa amarela. É uma cor muito bonita.

Sr. Presidente, o Deputado Brunelli pediu a V.Exa. que incluísse na Ordem do Dia um projeto e eu vou também fazer uma solicitação a V.Exa. Eu mantive um contato há pouco e, muito gentilmente, passaram-me um processo, oriundo da minha diretora, no qual há um convênio que está dependendo somente da assinatura de V.Exa. para ser firmado. E eu, como membro da Mesa Diretora, vou adiantar logo: sou radicalmente contra.

No quadro de redução de despesa que V.Exa. lançou ontem, estão propondo que seja assinado um contrato para uma tal de “Pós-graduação em Assessoria Legislativa”, em que a maioria dos inscritos, pelo que me consta, é de comissionados – o que com certeza não trará benefício nenhum a esta Casa, já que eles sairão daqui num determinado momento.

Estou adiantando o meu posicionamento. Assinar um contrato daquele, no quadro redução de despesas que V.Exa. lançou ontem, é um descalabro. Quase R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Portanto, estou adiantando o meu ponto de vista, como membro da Mesa Diretora, de que sou radicalmente contra a assinatura do convênio, embora não seja competência da Mesa Diretora como um todo, mas seja da competência exclusiva de V.Exa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Milton Barbosa, eu não tenho conhecimento de nenhum convênio. Nada foi informado a esta Presidência para ser assinado. Mas V.Exa. pode ter a absoluta certeza de que qualquer convênio, antes de ser apreciado por esta Presidência, em primeiríssima mão, deverá ter a anuência do titular da secretaria responsável pela unidade, que, neste caso, é a Terceira Secretaria.

Portanto, V.Exa. pode ter a certeza de que esta Presidência continuará com a austeridade que foi imposta no início dos nossos trabalhos.

Então, por parte da Presidência, somente após a análise e a apreciação da Terceira Secretaria é que esta Presidência analisará a pertinência ou não de assinar algum convênio, se há ou não dotação orçamentária e se há ou não contingenciamento nessa área.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para concluir a minha questão de ordem, eu quero agradecer publicamente ao Secretário de Segurança, Sr. Valmir, ao Dr. Anderson e ao Dr. Márcio.

Hoje, tivemos um trabalho evangelístico muito importante na Papuda. Nós levamos o Pastor Marcos Pereira, que tem feito um trabalho em todos os presídios do Rio de Janeiro. Nós, da Casa da Bênção, adotamos um trabalho sistemático que será realizado quinzenalmente em todos os presídios do Distrito Federal. Lá, nós fomos realmente bem tratados. Pudemos verificamos ali o crescimento e a importância do evangelismo como ferramenta de socialização e integração daquelas pessoas para uma nova vida na sociedade.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, urge que agendemos uma reunião do Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputada Erika Kokay, seria a proposta que iria apresentar: poderíamos abrir mão dos Comunicados de Líderes e dos Comunicados de Parlamentares, para suspendermos ou encerrarmos esta sessão. Temos vários Deputados que estão fora da Casa, participando da solenidade de inauguração da Escola Técnica, em Planaltina, com a presença do Governador e do Presidente da República. Logo, são vários Parlamentares que estão participando do evento.

Faço, então, este encaminhamento ao Plenário, acatando a sugestão da Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Eu sugiro, Sr. Presidente, que possamos, efetivamente, fazer essa discussão, sem prejuízo dos Comunicados de Líderes ou de Parlamentares para os Parlamentares que assim quiserem fazer uso da palavra.

Que nós possamos, além disso, transformar em rotina desta Casa, como já foi outrora, a reunião do Colégio de Líderes. Temos Líderes que não estão aqui no momento e que não foram chamados para essa discussão. Não vejo prejuízo em travarmos uma discussão após os Comunicados de Parlamentares, visto que não temos *quorum* para deliberação, mas temos para discussão.

Então, poderíamos agendar essa reunião do Colégio de Líderes e transformar essas reuniões em rotina no Poder Legislativo, como prevê o nosso Regimento Interno.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Se não for possível a deliberação pelo Colégio de Líderes em função da ausência de alguns Líderes neste plenário, nós poderíamos fazer essa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

reunião ainda hoje. Não podendo, já estaria convocado o Colégio de Líderes para amanhã, quarta-feira, às 14h30min, na sala ao lado da Presidência, para que pudéssemos, junto com a Líder de Governo, discutir e debater a pauta e a agenda dos trabalhos durante a semana.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero também nesta linha fazer uma proposta que difere um pouquinho da apresentada pela Deputada Erika Kokay, que é a seguinte: no meu entendimento, não adianta hoje começarmos a debater e a discutir temas porque não há *quorum* para votação. No dia que tivermos de votar, vão voltar todas as discussões que porventura tiverem sido feitas hoje à tarde.

Então, nós poderíamos de pronto encerrar a sessão e passarmos à reunião de Líderes. Até porque com a presença da Líder do Partido dos Trabalhadores, com a nossa presença e com a presença dos demais Líderes que estiverem aqui, nós poderíamos ter resposta para aquela questão que toda a imprensa e toda a população está fazendo a nós: a pauta.

Portanto, para sermos práticos, eu sugiro que, em apoio a uma das propostas feitas por V.Exa., fosse encerrada a sessão e passássemos imediatamente para uma reunião de Líderes com este objetivo: discutirmos a pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Por parte desta Presidência não há nenhuma dificuldade. Agora, eu acredito que seria importante que nós tivéssemos a presença, pelo menos, da maioria dos Líderes. Temos aqui o Deputado Reguffe, do PDT; a Deputada Erika Kokay; o Deputado Cristiano Araújo, do Bloco PTB/PSDB; a Deputada Eurides Brito e o Deputado Geraldo Naves. O Deputado Batista das Cooperativas, que é do Bloco Progressista, não se encontra aqui.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Então, Sr. Presidente, temos a presença da maioria dos Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não vejo dificuldade, não.

Entretanto, Deputada Eurides Brito, eu tenho a informação do Governo de que, ainda hoje, o Governador estaria, neste momento, assinando uma mensagem de retirada de 29 propostas.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Mas nós já temos as propostas que estão sendo retiradas, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente. Seria importante que nós pudéssemos apresentar formalmente esta mensagem para retirá-la de tramitação e evitar uma discussão desnecessária em relação a isso.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, mas nós já sabemos quais são as propostas que estão sendo retiradas.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Por parte desta Presidência não há nenhum óbice desde que os Líderes abram mão de usar a palavra nos Comunicados de Líderes.

(Intervenção fora do microfone)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Deputado Geraldo Naves quer fazer uso da palavra, então, teremos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com autorização de V.Exa., eu gostaria de fazer o registro da perda irreparável do nosso funcionário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, anjo da guarda do Deputado Benício Tavares, o Sr. Lourenço Bia Sampaio, que veio a falecer na data de ontem. O enterro será realizado hoje. Apresento ao gabinete e, principalmente, à família as nossas condolências. Eu gostaria que esta Casa enviasse uma mensagem à família do falecido.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Esta Presidência manifesta as condolências, com os votos de pesar, pelo falecimento do nosso colega e companheiro Lourenço, figura sempre presente nesta Casa, que acompanhava o Deputado Benício Tavares há muitos anos.

O nosso abraço fraterno e os nossos sentimentos à família do amigo Lourenço.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, somo-me às manifestações de pesar. Nós, do Partido dos Trabalhadores, sentimos muito a morte do servidor, por cujo profissionalismo tínhamos profundo carinho, respeito e admiração.

Nossas manifestações de pesar e solidariedade, em um momento de dor, à família e a todos e a todas que tiveram a oportunidade de conviver com ele e que se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

sentem hoje impactados por muito pesar, em razão de não poderem contar mais com a presença dele.

Além da manifestação a que o PT se soma, aqui já proferida por V.Exa. e pelo Deputado Wilson Lima, eu sugeriria, do ponto de vista do encaminhamento de hoje, que pudéssemos efetivar os Comunicados de Líderes -, já que não há consenso quanto a sua suspensão -, após o qual, sugiro que fizéssemos a discussão. Se, porventura, tivermos algum entendimento, na reunião que se dará logo em seguida, que este seja colocado, juntamente com o resultado dessa reunião, para a reunião do Colégio de Líderes que se dará amanhã, às 14h30min, conforme anunciado por V.Exa.

Digo isso, porque não houve convocação, nem há uma rotina de funcionamento já estabelecida do Colégio de Líderes para este ano. E, para que nenhum Líder sinta-se prejudicado pela falta de oportunidade de colocar as suas opiniões, possamos fazer essa discussão e submetê-la à reunião formal do Colégio de Líderes, para que todos se sintam participantes da agenda e das discussões que são relevantes para esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Erika Kokay, temos a informação de que o Deputado Batista das Cooperativas já está a caminho desta Casa. Se todos os Líderes estiverem presentes e se assim desejarem, não vejo por que não anteciparmos as discussões, sem prejuízo de nenhum dos presentes.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

DEPUTADO BISPO RENATO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer dois pedidos: peço que seja incluído, na Ordem do Dia, o Decreto Legislativo nº 244, de 2008 e, em homenagem ao nosso colega servidor, peço que façamos um minuto de silêncio em memória dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato o pedido de V.Exa. Autorizo a inclusão do decreto na Ordem do Dia e peço que façamos um minuto de silêncio em memória do saudoso Lourenço.

(Minuto de silêncio.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu sou um Parlamentar aqui, nesta Casa, que, sempre que vejo algo de positivo no Governo, nunca deixo de reconhecer, mas, sempre que há algo errado, eu tenho obrigação de criticar. É essa a função de um Poder Legislativo que tenha, como uma de suas funções precípuas, a fiscalização da qualidade dos serviços públicos e a fiscalização do gasto feito com cada centavo do dinheiro do contribuinte.

O conceito de que “governar é fazer obras” não é um conceito correto. Eu vi, outro dia, o Governo do Distrito Federal dizer que estamos fazendo muitas obras. Muitas dessas obras são necessárias, são positivas, são importantes para a sociedade, para a população. Mas governar não pode se resumir a fazer obras! Não é só fazer obras. Inclusive, mais importante do que fazer obras é dar uma escola pública de qualidade, é dar um hospital público de qualidade, é oferecer uma Segurança Pública de qualidade para a população, serviços esses que não têm sido bem ofertados à população do Distrito Federal. A Saúde Pública vive um dos momentos mais críticos que já viveu no Distrito Federal.

O Governo tem de rediscutir o conceito de “prioridade”. Prioridade, primeiro. Para que serve o Governo? Para devolver serviços públicos de qualidade para a população. Para isso, servem os impostos que todos os contribuintes pagam. Então, a primeira coisa para resolver, a prioridade é devolver serviços públicos de qualidade.

Na Saúde, faltam medicamentos. Faltam medicamentos! Então, enquanto faltarem medicamentos na Saúde, não se pode pensar em fazer outras coisas. Aquilo é emergencial. Ali estão as vidas das pessoas. É só se colocar no lugar de uma dessas famílias que precisam destes medicamentos, que tem um ente querido que precisa, porque aí vai doer. Então, governar não é só fazer obras. Governar não é fazer obras, é mais do que isso. Governar é, principalmente, devolver serviços públicos de qualidade à população, os serviços básicos, essenciais.

Eu sou um Parlamentar que sempre critiquei os gastos supérfluos do Governo. Defendo a redução do número de cargos comissionados do Governo, defendo que o Governo reduza seus gastos públicos para que, na outra ponta, seja possível reduzir a carga tributária para o contribuinte, que paga uma carga tributária abusiva! Reduzindo os gastos públicos, vão reduzir os impostos para os contribuintes. Para isso, tem-se de reduzir gastos públicos.

É como se cada cidadão tivesse uma ação do Governo. A função precípua de um Governo é devolver serviços públicos de qualidade. Para isso, o Governo existe! Não é para inventar obras, muitas vezes. Com a Saúde Pública no estado em que esse serviço se encontra, o Governo deveria priorizá-la: “Vou resolver a questão da Saúde Pública, nem que o resto fique abandonado, mas, primeiro, vou resolver a questão da Saúde Pública. Não vão faltar medicamentos, vou reequipar os hospitais, vou aparelhar os hospitais, vou comprar tomógrafos e aparelhos de ressonância





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

magnética para cada hospital como forma de diminuir as filas e melhorar, inclusive, a qualidade de vida dos moradores que, na hora em que precisarem de um hospital público, vão ficar menos tempo, na fila, para serem atendidos.” Isso é função do Governo. Para isso serve o Governo. Agora, enquanto a Saúde Pública estiver desse jeito, o Governo tinha de concentrar recursos nesse setor, que tinha de ser prioridade. É um crime, é um absurdo e é revoltante que falem medicamentos nesta cidade. Há vidas humanas, há pessoas que precisam disso, contribuintes que pagam seus impostos permitindo ao Governo ter o que tem para gastar. São os impostos das pessoas.

Então, eu penso que o Governo deveria rediscutir o que é prioridade. É uma crítica que eu faço aqui do ponto de vista construtivo, e com a responsabilidade de Parlamentar que tenho. O Governo deveria rediscutir o seu conceito de prioridade. E a primeira coisa neste momento seria resolver o problema da Saúde Pública e investir nos serviços públicos básicos, essenciais à população. Para isso serve o Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Solicito a todos os Líderes - para que todos tenham a oportunidade de falar e ainda possamos fazer a reunião - que se atenham ao tempo regimental de 5 minutos.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estou absolutamente de acordo com o sentido da fala do Deputado Reguffe, até porque me parece que é preciso que haja um lado, o lado do Estado fortalecido para além dos governos. Uma política de estado que possa efetivamente ter continuidade e que possa ser fortalecida em detrimento de grupos empresariais.

Eu digo tudo isso porque nós temos um discurso falacioso do Governo do Distrito Federal de que haverá uma queda abrupta na receita, que o impede de efetivar o reajuste já acordado, transformado em lei, e com dotação orçamentária de mais de 124 mil servidores. Que, diz o Governo, ainda o impede de seguir aquilo que está na lei, mas que antes de estar na lei é palavra.

Um governante que não presa as suas palavras, se não estiver acometido, e pode ser o caso, de uma psicopatologia chamada mitomania, compulsão para mentir, tem que ser absolutamente questionado. Nós já vivemos isso aqui no Distrito Federal e é preciso que nós tenhamos um valor, que possa ser dado valor à palavra do Governo do Distrito Federal, o que não está acontecendo hoje com relação ao salário dos professores.

Digo tudo isso porque o Governo, ao impedir a contratação de pessoas, está impedindo que possamos efetivamente ter uma Saúde de qualidade, porque um dos problemas mais graves da Saúde é realmente a deficiência do número de pessoas -



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

embora tenhamos uma grande qualidade nos profissionais que hoje estão na Saúde. Mas digo também isso porque ao se impedir a contratação de pessoas vai se impedir também que haja a contratação de mais auditores tributários. Eu não sei se todas e todos sabem que nós temos apenas 200 auditores tributários no Distrito Federal. Duzentos auditores tributários!

Os Secretários anteriores, tanto o ex-Secretário Luís Tacca quanto o ex-Secretário Ronaldo Lázaro Medina, deste Governo Arruda, antes da volta e do retorno - talvez amargo regresso, quem sabe - do Secretário Valdivino de Oliveira, estavam elaborando um plano de desenvolvimento tecnológico para aumentar a arrecadação do Distrito Federal, para cruzar informações e poder definitivamente eliminar a sonegação.

Digo isso porque o estudo do Estado de São Paulo aponta que, provavelmente, 60% do ICMS é sonegado no Estado de São Paulo. Isso significa aqui no Distrito Federal que nós teríamos uma sonegação, utilizando o mesmo percentual, por volta de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais). Se recuperássemos apenas 25% disso, nós teríamos uma receita adicional de 750 milhões. Mas o que foi feito na Secretaria de Fazenda? Os servidores que seriam contratados viram o seu processo de contratação ser abruptamente interrompido. Esse sistema de desenvolvimento tecnológico foi suspenso, paralisado. O Estado gastou por volta de onze milhões para contratar os equipamentos e tudo isso foi abortado. As pessoas que trabalhariam nesse sistema, auditores tributários, servidores de apoio aos auditores tributários, servidores de carreira, foram substituídos por cargos comissionados.

Aliás, informo que estaremos entrando com a representação contra o Governo do Distrito Federal por não cumprir o que prevê a Lei Orgânica, que diz que 50% mais um dos cargos comissionados devem ser ocupados por servidores de carreira. O GDF passa ao largo dessa resolução e ao arrepio da Lei Orgânica.

Entretanto, esse sistema foi abruptamente interrompido. Os servidores de carreira foram substituídos por servidores de livre provimento, por cargos comissionados – a grande maioria desses comissionados advindos de empresas que prestaram serviços para o Distrito Federal, empresas terceirizadas. E a prioridade passou a ser não se elevar o nível de arrecadação, passou a ser pagar empresas que tinham dívidas com o Distrito Federal, como Linknet e Adler, absolutamente conhecidas de cada uma e cada um de nós. Essas empresas foram contratadas pela antiga CODEPLAN, sem contrato formalizado.

Portanto, eu diria, Sr. Presidente, que está se abortando um processo de empoderamento, de fortalecimento da máquina pública para que se possa elevar o nível de desenvolvimento tecnológico da nossa arrecadação, para que se possa eliminar a arrecadação estimada em 60% do ICMS anualmente por vários estudos feitos, para que se possa contratar servidores – há um projeto de capacitação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

permanente –, para que possamos, enfim, dizer que o Distrito Federal está devidamente aparelhado e instrumentalizado para que não haja sonegação de impostos.

Por isso digo que a prioridade deste Governo não é a população do Distrito Federal. Ao se impedir a execução da verba orçamentária para modernização do Parque Tecnológico da Fazenda e ao se contratar auditores tributários, joga-se Brasília na mão da sonegação e favorece empresários de informática que têm uma triste memória aqui no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, falo como Líder do Democratas. Portanto, há algumas coisas que quero dizer, mas não dá; porque não são palavras de todos os Democratas.

Eu gostaria de cumprimentar o Governador Arruda e os proprietários de bancas de revistas do Distrito Federal, pois foi renovada, ontem, por mais dez anos a concessão – em breve esse assunto estará vindo para esta Casa para discutirmos. Está se legalizando, de uma forma geral, a situação do pessoal das bancas de revistas que há muito tempo lutavam por isso.

Parabéns ao Governador Arruda e a todos que trabalharam nessa luta. Estavam presentes vários Deputados, o Deputado Brunelli, o Deputado Cristiano Araújo, o pessoal das escolas de samba e do time de basquete do Universo.

O que chama a atenção do Democratas é que se está fazendo, trabalhando e acontecendo. E o Deputado Reguffe sobe à tribuna hoje, como Líder do partido de S.Exa., cobrando de nosso Governo que pare as obras, que as obras fiquem do jeito que estão, com buracos. Não deve haver obra em lugar nenhum, porque tem de se fazer aquilo que S.Exa. acha que tem de ser feito. Primeiramente, o Deputado Reguffe, para falar do jeito que falou aqui hoje, tem de se candidatar ao Governo do Distrito Federal, ser eleito e dizer onde têm de ser feitas as obras. Agora, dizer que tem de parar a obra que está sendo feita, que está sendo exagerada... Aponte os exageros! Chegue aqui e diga: "A obra que está sendo feita em Vicente Pires não é para ser feita, é exagero. A construção desse viaduto é exagero." Chegue aqui e aponte. Não é generalizando, não. Assim fica fácil. É muito fácil dizer que a saúde



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

está ruim. O Governo está trabalhando. O Secretário Augusto Carvalho está trabalhando e muito. Começou 2009 com as falácias aqui em cima.

Vem a Deputada Erika Kokay e diz que o Valdivino é regresso, mal começou o ano. Só se S.Exa. regressou das férias. S.Exa. está fazendo um brilhante trabalho de recuperação à frente da Secretaria de Fazenda.

Agora, se o PT tem números... Viva o Senador Jarbas Vasconcelos! S.Exa. disse, em alto e bom som, para o país inteiro ouvir, que o programa do combate à fome é a maior compra de votos que este país já viu. Então, viva o PT, que completa vinte e nove anos com o maior recorde mundial! A maior compra de votos do mundo está no Brasil. São palavras do Senador Jarbas Vasconcelos.

Então, é bom que fique claro: se quer dizer que está errado, venha aqui e mostre. Não é simplesmente falar. Eu parablenzo aqueles que têm bom senso. Aceito a crítica fundamentada, mas, para o Deputado dizer que se deve parar uma obra e fazer o que S.Exa. acha que tem de ser feito, primeiramente, S.Exa. tem de governar, tem de ser governador. Caso contrário, não tem o que falar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, é importante destacar que, neste país, há uma elite preconceituosa. Todas as vezes que o Governo transfere renda, através de programas sociais, para pessoas pobres, isso é assistencialismo, é compra de votos. Quando transfere dinheiro para banqueiros, para grandes empresas de comunicação, para empresas multinacionais, aí não, é ajuda para a economia, para a sustentação de empregos. Temos de ter muito cuidado com esse tipo de discurso, porque esse discurso traz, por trás dele, todo um preconceito contra a classe oprimida deste país, que, infelizmente, é dominada por uma elite preconceituosa, que exclui milhões e milhões de brasileiros do direito a uma vida digna.

Quero falar a respeito de uma manifestação na Rodoviária de que participei nesta manhã, onde assisti a uma manifestação organizada, uma manifestação muito bem pautada por parte de diversos artistas desta cidade, criticando a postura do Governador do Distrito Federal e do Secretário de Cultura com relação ao desrespeito à lei que foi aprovada por nós Parlamentares, Deputado Cristiano Araújo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Esta Casa aprovou a Emenda à Lei Orgânica que estabelece um percentual de 0,3% da receita corrente líquida para os espetáculos culturais desta cidade, Deputado Raad Massouh. Infelizmente, já no ano de 2008, o Governo não cumpriu com o percentual mínimo, com o valor mínimo para que os projetos da área cultural pudessem receber os recursos. Este ano, já havia, pelo menos, uma promessa de que, logo no início do ano, haveria a liberação desses recursos ou, pelo menos, esses projetos iriam ser colocados na praça através de concurso ou através de licitações públicas, para que a Secretaria de Cultura pudesse financiar. Deputado Milton Barbosa, V.Exa., que faz parte da Comissão de Assuntos Sociais, sabe muito bem que uma das responsabilidades da Comissão é exatamente tratar dos assuntos relacionados à cultura.

Então, esta Casa não pode fazer “ouvidos de mercador”. Esta Casa não pode aprovar uma lei e, logo em seguida, ver essa lei ser desrespeitada pelo Poder Executivo. Deputado Geraldo Naves, o que não dá mais para aceitar é ficarmos aqui trabalhando, aprovando projetos com divergências políticas, ideológicas, com críticas por parte de setores da sociedade e aquilo que é aprovado por esta Casa depois não ser respeitado pelo Poder Executivo. Projeto esse, inclusive, de iniciativa do próprio Governador do Distrito Federal. Então, alguma coisa está acontecendo: ou o Governador não está acompanhando o desenvolvimento da sua equipe ou a sua equipe não está respeitando o que é aprovado nesta Casa.

Só para citar outro exemplo: ontem houve uma reunião com quiosqueiros desta cidade. Nessa reunião, os representantes do Governo disseram que a lei dos quiosqueiros iria ser mudada através de um decreto do Poder Executivo. Iriam mudar a lei que esta Casa aprovou.

Então, devemos prestar muita atenção a esta questão, porque, se queremos ser respeitados pela população, temos que nos fazer respeitar. Não podemos aceitar que aquilo que é discutido democraticamente e que é aprovado aqui pela maioria dos Parlamentares, independentemente da correlação de forças, seja desrespeitado pelo Poder Executivo.

Então, voltando à questão da cultura, quero aqui prestar a minha solidariedade, dizer que, como membro da Frente em Defesa da Cultura, juntamente com os demais Parlamentares, não podemos aceitar que aquilo que esta Casa aprovou seja desrespeitado pelo Poder Executivo. Esta Casa tem o dever, a obrigação de fazer com que o Poder Executivo respeite aquilo que foi aprovado aqui. Foi por isto que hoje diversos artistas das mais diversas áreas culturais do Distrito Federal estiveram reunidos na Rodoviária fazendo um justo protesto em defesa daquilo que nós Parlamentares aprovamos. Deputado Leonardo Prudente, naquele momento fui cobrado pelos artistas, pois eles esperam muito que esta Casa dê uma resposta, porque, além de aprovar leis, temos o dever de fiscalizar as políticas públicas do Poder Executivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Era essa a minha intervenção na tarde de hoje. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados representantes de comunidades aqui presentes, senhores assessores desta Casa, eu devo confessar que, na tarde de hoje, o meu pensamento tem estado mais voltado para o pleito da organização de uma pauta, a partir de uma reunião de lideranças, para podermos, efetivamente, começar a funcionar dentro de um roteiro. Agora que as comissões já estão compostas, não podemos mais dizer que não estamos nos reunindo e não temos pauta em plenário porque estamos envolvidos na formação de comissões.

Mas não posso deixar de vir à tribuna esta tarde para comentar um pouco, Deputado Paulo Tadeu, o que V.Exa. diz, com justa razão, sobre o cumprimento daquilo que aprovamos nesta Casa no que se refere à mudança da Lei Orgânica, no ano passado, com a consequente vinculação do 0,3% da receita líquida aos projetos culturais: o Fundo de Apoio à Cultura.

É certo que determinados segmentos têm, muitas vezes, menor apelo do que outros setores, mas é um compromisso. Entendi, lutei bastante. V.Exa. sabe que formamos um grupo, que foi o responsável pela aceleração da votação da mudança na Lei Orgânica, um grupo que atuou plenamente, Sr. Presidente, do qual V.Exa. também fez parte, e fomos vitoriosos no ano passado. Mas, desde a aprovação, no ano passado, nós - e me incluo neste grupo - dizíamos: vamos ter dificuldades para o cumprimento disto no ano orçamentário de 2008. Quem entende de como se compõe uma proposta orçamentária sabe que, quando vem uma novidade no meio do caminho, como a vinculação, realmente fica muito difícil.

Mas não é o caso do orçamento de 2009, porque estamos no início de ano, e posso dizer que o Governador Arruda teve a audácia de ser o primeiro governador no Brasil a fazer a vinculação de recursos para a cultura e cumprirá esse desafio, Sr. Presidente! Se passarmos pela legislação cultural dos estados brasileiros, não encontraremos uma vinculação à Lei Orgânica como está feito aqui, com os aplausos e com o apoio do Governo do Distrito Federal. No dia da votação, nesta Casa, vimos os dirigentes da cultura trabalhar, conversar com os Deputados, ao nosso lado.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Então, agora nos cabem duas coisas: como membros da bancada do Governo, tenho certeza de que o Governo cumprirá a vinculação neste ano de 2009, porque tenho conversado com o Governador sobre isso; como Casa Legislativa, cabe a fiscalização.

Portanto, devo dizer que vi com alguma surpresa, ainda hoje, no mês de fevereiro, aquela iniciativa da passeata, mas isso é bom para mostrar que o grupo cultural está vivo. Como membro da Frente Parlamentar, eu não tinha sido convidada e não sei se o Deputado Leonardo Prudente, como membro, foi convidado e se outros Deputados foram. Eu não tive o privilégio! Não fui convidada. Quando eles me convidam, eles me ligam, todos têm o meu telefone, Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. deve ter sido convidado por telefone. Todos têm meu telefone, e eu não recebi nenhum telefonema; no meu *e-mail*, também não consta nenhum convite. É estranho que isso tenha acontecido no princípio, mas não faz mal: convidados ou não, nós, Deputado Leonardo Prudente, temos um compromisso com a cultura do Distrito Federal, que é também direito do cidadão, faz parte de suas necessidades básicas.

Então, quero reafirmar que, com o empenho que tivemos no ano passado, com a contribuição da bancada do Governo, sob a liderança do Deputado Leonardo Prudente, para aprovar aquela alteração, estaremos na fiscalização. Estaremos aqui tomando as medidas necessárias para que esta composição, toda ela seja feita, porque, posso reafirmar, também é um pensamento do Governador do Distrito Federal que isso seja cumprido. O apoio a essa vinculação, aqui no Distrito Federal, recebeu o cumprimento de muitos secretários de cultura dos estados brasileiros quando vieram aqui para o Fórum, no ano passado, e diziam: "O que vocês fizeram para conseguir essa vinculação?" O apoio governamental, porque sem ele também não teria saído, e nós vamos cumprir nossa parte da fiscalização.

Mesmo na Liderança, mesmo na bancada de Governo, todos nós continuamos com a nossa cidadania, e a nossa cidadania passa exatamente pelo cumprimento das leis.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Obrigado, Deputada Eurides Brito.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, imprensa, os assuntos hoje foram muito variados, a começar pela posse do Deputado Cláudio Abrantes, a quem desejamos muitas felicidades no exercício do mandato.

Eu vou me reportar a um assunto que não foi abordado aqui: as medidas que o Governo adotou hoje na fiscalização da frota de veículos do Distrito Federal, coisa que deveria ser - todos sabemos - rotina. Estou abordando o tema porque achei corajoso. Pode-se acoimar o Governador de tudo, menos de não ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

determinado. S.Exa. mandou lacrar mais de 200 ônibus, porque mais eram do que bombas-relógio que colocavam em risco a vida da população que usa transporte coletivo.

Conversando com o Secretário de Governo, Sr. José Humberto Pires, na semana passada, eu disse a S.Exa. exatamente que o Governador deveria praticar esse ato que praticou hoje, e que a população toda deveria saber disso. Então, o Governador foi corajoso e determinado. Quem não quiser as linhas de ônibus que tem, que as entregue, e que S.Exa. coloque outras.

Eu acho que S.Exa. deveria fazer logo licitação pública para abrir as linhas para novas empresas, para que não fiquemos com essa frota toda quebrada, despedaçada. A olho nu, todos nós víamos as mazelas que vinham ocorrendo no transporte coletivo, e a imprensa tem um papel fundamental nisso, graças às emissoras de rádio e televisão que mostraram.

Então, quero parabenizar o Governador e o Governo como um todo por isso.

Agora ousou dissentir do meu amigo Deputado Geraldo Naves, quando S.Exa. afirmou aqui, embora tenha dito que foi o Senador Jarbas Vasconcelos que o disse, que o bolsa-família seria o maior instrumento de compra de voto do mundo. O Senador, nordestino como eu e como muitos aqui, com todo o respeito que lhe temos, não tem razão. Quiséríamos nós, aqui em Brasília, que o Governador Arruda se transformasse no Lula do Brasil neste ponto. Nós temos, e isso já foi objeto de uma fala minha aqui, em torno de 30 mil famílias passando fome aqui em Brasília. Eu gostaria de ver o Governador Arruda travestido, nesse aspecto, do Presidente Lula.

Só quem não passou fome é que se atreve a fazer uma declaração como aquela que foi feita pelo Senador Jarbas Vasconcelos. S.Exa. não passou fome e acho que ninguém da sua família também. Que o Presidente Lula continue fazendo o que está fazendo: minimizando a fome dos flagelados.

Então, eu queria, meu amigo Deputado Geraldo Naves, dissentir disso e encorajar nesse aspecto o Governador Arruda a fazer o mesmo aqui: aumentar o Programa de Transferência de Renda, colocando nele as famílias que estão padecendo do flagelo da fome.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, declaro que a elite deste País nunca se sentiu Brasil e nunca viveu a profundidade com a dor e delícia de ser brasileiro. Por isso, talvez, não entenda o que é passar fome e que a fome corrói a cidadania. É impossível ter um Brasil com condições de votar convivendo com a própria fome. A fome corrói a liberdade do voto. Por isso, ela precisa ser estancada.



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Além disso, digo que a nossa função, como Parlamentar, além de elaborar a peça orçamentária, é acompanhar a sua execução e acompanhar a qualidade da política pública efetivamente instalada a partir do orçamento. Eu digo isso porque, se falo da área fiscal tributária, nós vamos ver que inicialmente era previsto um montante de onze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil e alguma coisa para fortalecimento e modernização dessa área. Apenas um milhão, seiscentos e noventa e sete mil e alguma coisa foram efetivamente empenhados até o final do ano passado.

Em relação aos recursos destinados à implantação do Sistema Integrado de Gestão Tributária - SIGEST e modernização dos sistemas de informação da Administração Tributária, que contavam com R\$ 364.500,00 (trezentos e sessenta e quatro mil e quinhentos reais), nada, ou seja, nenhum centavo foi empenhado até o final do ano.

Nós vimos o esforço gigantesco desta Casa para reconhecer que cultura é direito essencial do ser humano e que, portanto, há que se ter política cultural sem hierarquizá-la com relação a outras políticas, até porque se os direitos são inter-relacionados, também as políticas públicas o são. Nós tivemos o esforço hercúleo desta Casa para aprovarmos uma dotação necessária para uma política pública de qualidade para o Fundo de Apoio à Cultura – FAC que não foi empenhada.

Além disso, as instituições, as atividades, os eventos culturais que foram devidamente selecionados através de edital foram selecionados e não tiveram os recursos do próprio fundo para os quais foram selecionados empenhados. Não receberam esse recurso.

Por isso, quando nós falamos da valorização do Estado, estamos falando da necessidade de um legislativo que exerça as funções que lhes são precípuas com qualidade e responsabilidade para assegurar o Estado Democrático de Direito, mas estamos falando também que a Lei Orgânica seja respeitada. Ela não está sendo respeitada com as modificações que foram implementadas por esta Casa, o que passa a ser, inclusive, um desrespeito a esta Casa, no que diz respeito à política de cultura. Mas a Lei Orgânica também não está sendo implementada no seu art. 19, quando estabelece que os cargos comissionados deverão ser ocupados em 50% mais 1 por funcionários de carreira.

Um levantamento que fizemos aponta que, de 96 cargos em comissão que estão na Governadoria, 88 são ocupados por pessoas sem vínculos com o serviço público. Portanto, estão em condição de livre provimento. Isso perfaz um percentual de 91,67%. De 125 cargos comissionados que estão na Secretaria de Transportes, 117 estão sendo ocupados por pessoas sem vínculos com o serviço público. Na Secretaria de Trabalho, de 267 cargos comissionados que existem, 249 estão sendo ocupados por pessoas sem vínculo com o serviço público. Isso perfaz uma média de 94,51%.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Falo isso, Deputado Leonardo Prudente, porque esta Casa, com a contribuição de V.Exa., fez um esforço imenso para se adequar ao art. 19 da Lei Orgânica e ter 50% mais 1 de seus cargos comissionados ocupados por servidores de carreira. E o fez por uma decisão e uma negociação com o próprio Ministério Público, uma decisão judicial. Cabe ao Executivo também cumprir a Lei Orgânica. Cabe ao Executivo cumprir a Lei Orgânica no que diz respeito ao FAC, cumprir a Lei Orgânica no que diz respeito à ocupação de cargos comissionados e cumprir a Lei Orgânica nos seus princípios estruturantes e “fundantes” que asseguram que toda pessoa tem direitos. Direito à saúde de qualidade, direito à educação de qualidade. Toda pessoa tem direito, simplesmente, porque toda pessoa é pessoa, não pode ser considerada como coisa ou objeto de corte nas planilhas do Governo para favorecer grupos empresariais.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero cumprimentar a Paola Lima, jornalista, que tem um *blog* que trata das coisas que acontecem nesta Casa.

Como Parlamentar, quero dizer que tudo o que foi dito aqui, coisas importantes, como a Deputada Eurides Brito esclareceu e o Deputado Milton Barbosa também... Pena que isso não vai para a imprensa assim. A imprensa divulga aquilo que ela quer, o que é pautado. Por exemplo, não se iludam se, hoje ou amanhã, a pauta, pasmem, falar de 14º e 15º salários dos Deputados Distritais da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Para não errarem, já dou uma dica e digo que não há nem 14º nem 15º. Só para não errarem! Porque, às vezes, podem errar, como erram. No momento em que estávamos prestando uma homenagem, um minuto de silêncio a um servidor desta Casa, havia repórter sorrindo. Então, é bom respeitar esta Casa.

Então, para não errar, é bom pesquisar antes!

Agora, vou dizer pessoalmente o que eu penso sobre o programa de ficar dando cesta básica. A *TV Globo* recentemente — não tenho certeza se foi a *TV Globo* —, no Fantástico me parece, Deputado Milton Barbosa, mostrou uma cidade inteira. As pessoas sentadas nas varandas de suas casas “batendo papo”. Pessoas que plantavam chuchu, couve, cebola, tinham o seu comércio normal, deixaram de fazer as suas plantações. A maioria da cidade vivia em função da cesta básica que ali chegava.

O combate à fome é lógico que temos de fazer, e ajudar, sim. Mas precisamos gerar emprego também, dar oportunidade para o cidadão trabalhar. E isso o Governo Democratas do Governador Arruda vem procurando fazer, sim, dentro do Distrito Federal. O que eu disse aqui nos Comunicados de Líderes foi, entre outras



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

coisas, o que disse o Senador Jarbas Vasconcelos, que chamou a atenção do Brasil inteiro.

Então, precisamos estar atentos para o que se diz aqui, o que nós podemos falar aqui como Deputados Distritais. E eu afirmo: sou radicalmente contra chegar, dar uma cesta básica para um cidadão ali e dizer que está matando a fome dele. E ele não quer também, não; ele quer trabalho, dignidade.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Concede-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, é possível?

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Nos Comunicados de Parlamentares não há aparte, mas após o pronunciamento do Deputado Geraldo Naves, V.Exa. terá a palavra.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Aumentou em mais 2 minutos aqui, pois foi uma discussão brava. Eu até lhe concederia o aparte, Deputado Milton Barbosa, mas não há problema algum, pode ficar ali que estou encerrando. V.Exa. fará seu comunicado.

Quero deixar bem clara a minha posição: sou radicalmente contra esse negócio da cesta básica para dizer que está matando a fome de alguém. E gostaria de enaltecer, no final do meu comunicado, o trabalho da Secretaria de Saúde, que vem fazendo, pesquisando e acompanhando. Não é só “meter o pau”, não, gente. Se souber de falha, ajude e denuncie. Fale, que nós encaminhamos.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho certeza de que a Mesa Diretora irá propor uma revisão no Regimento para que essas coisas que são estéreis aqui – não poder apartear um Deputado por estar numa situação tal – mudem. Todo mundo se modernizou, os processos todos, os júris, tudo, menos o nosso Regimento. Mas nós vamos ter de estudar isso.

Eu só queria dizer que também sou, e todos nós somos, radicalmente contra dar benefício às pessoas por dar. É preciso fazê-lo com responsabilidade. E aqui em Brasília há um programa que é modelo no Brasil inteiro. Fiz parte de uma fase dele, em que, para se conceder um benefício, há que se visitar a família, estudar a situação dela sob o ponto de vista econômico, de risco de segurança alimentar.

As pessoas não querem receber cesta, pão, leite, cartão e ter restaurante também de graça, não. Elas querem um emprego digno. Mas enquanto o emprego não vem, é preciso que se acudam as pessoas que passam fome. É muito fácil falar dali, ou eu daqui, que somos contra dar benefício por dar. Se está havendo uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   02   2009	16h25min	7ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

gestão que não consegue fiscalizar a execução do programa, é outra história. Mas aqui em Brasília é modelo. Inclusive fiz uma emenda de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), e o Governador vai liberar a verba, para que as pessoas dêem uma contrapartida. Recebe o benéfico, não tem uma profissão, vai aprender uma; não sabe ler, vai se alfabetizar.

O programa daqui, Deputado Geraldo Naves, meu amigo, é muito diferente dos de outros estados quanto a esse aspecto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Após o comunicado do Deputado Milton Barbosa, não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito, encerro a presente sessão, ao tempo em que convido os Srs. Líderes para a reunião na sala ao lado da sala da Presidência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

Tenham todos uma boa-tarde.

(Levanta-se a sessão às 17h34min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 37-Suplemento, de 5/3/2009 (atualizado conforme errata publicada no *DCL* nº 40-Suplemento, de 10/3/2009).